

O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE RENDIMENTO ESCOLAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SARESP: UMA ANÁLISE DAS PROVAS DE LEITURA E ESCRITA DA 4ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL¹

Roseli Helena Ferreira

A presente pesquisa apresenta uma análise das provas de leitura e escrita do SARESP da 4ª série do Ensino Fundamental. O objetivo foi obter dados sobre os limites e possibilidades das referidas provas em relação ao objetivo a que se propõem: avaliar a habilidade leitora e a qualidade do ensino, partindo do pressuposto de que o instrumento se constitui como um fator indicativo da confiabilidade sobre os resultados de uma avaliação. A coleta de dados foi realizada por meio da técnica de análise documental, sendo os documentos de fonte primária e secundária. As provas selecionadas (1997, 2002 e 2005) foram analisadas a partir das categorias: clareza dos enunciados das questões; nível de complexidade das habilidades avaliadas e coerência entre as habilidades envolvidas nas questões e as habilidades descritas na matriz de especificação como conteúdo a ser avaliado em determinado item de teste. A implantação dos sistemas de avaliação nos diversos países resulta das reformas educativas que eclodiram nas décadas de 80 e 90, tomando a avaliação como um de seus eixos principais, em função da necessidade que os governos passaram a ter, de obter dados sobre o desempenho das escolas em termos de *eficácia* – consecução de resultados em relação a objetivos atingidos - e *eficiência* – relação entre os resultados alcançados e os recursos empregados. No Estado de São Paulo, o SARESP se propõe avaliar a qualidade do ensino, orientar as políticas educacionais e subsidiar melhorias na prática pedagógica. O SARESP fundamenta-se no modelo teórico de avaliação centrado nos resultados, que considera o sistema de educação mais eficaz e eficiente quanto melhores os resultados – competências e habilidades adquiridas pelos alunos. Em analogia à expressão “cultura da avaliação”, refere-se a uma “cultura do resultado” para denominar essa tendência da avaliação. Em tal “cultura do resultado” surge um “Estado-Avaliador” que controla os resultados educacionais, na medida em que impõe conteúdos e objetivos de ensino.

¹ Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, campus de Presidente Prudente, em dezembro de 2007, orientada pela Profª Drª Ana Maria da Costa Santos Menin.

A análise do referencial teórico do SARESP (PCN e Proposta Curricular de Língua Portuguesa), bem como das provas de leitura e escrita, permitiu constatar que há uma relação direta entre a idéia de qualidade de educação subjacente ao SARESP – educação como instrumentalização para o cotidiano imediato - e o parâmetro de qualidade importado dos programas de qualidade total (programas de empresas privadas que visam a obtenção de lucros), que concebe qualidade de educação como o atendimento às demandas do mercado. A educação pautada nas competências e habilidades, sustenta-se pelo discurso do ensino globalizador e contextualizado, no sentido de que deve se basear na realidade e nas necessidades dos alunos, corre o risco de transformar o conhecimento em operações puramente funcionais e a educação formal no imediatismo, tal qual é a ênfase da leitura no SARESP, banalizando e limitando a educação e, logo, a leitura, a um pragmatismo utilitarista. Os textos e tipos de questões predominantes nas provas confirmam que é o perfil do leitor funcional – leitor dos discursos próximos do cotidiano - que se destaca no SARESP e aparece implícito nos PCN. Das habilidades leitoras avaliadas nas provas, prevalecem as que envolvem operações mentais de menor nível de complexidade: identificar, reconhecer e localizar. Grande parte das questões exige a busca de informações explícitas no texto, enquanto contrariamente, os PCN e a Proposta enfatizam que o indivíduo deve ser capaz de compreender informações implícitas. Verificou-se, por um lado, contradições entre o referencial teórico do SARESP que concebe leitura como construção de sentidos e idealiza um “leitor competente” que realize inferências, mas não privilegia nas provas, questões que exijam a construção de sentidos e a realização de inferências e, por outro lado, conflitos no próprio texto dos PCN que, paradoxalmente, mesmo destacando a distinção entre leitura e decodificação, tem implícita a idéia de leitura como decodificação. Observou-se problemas de ambigüidade dos enunciados e incoerências entre as habilidades descritas na matriz de especificação como conteúdo a ser avaliado em determinado item de teste e as habilidades efetivamente envolvidas nos itens de teste. Assim, nem sempre as respostas às perguntas podem demonstrar a aquisição das habilidades leitoras definidas para avaliação pelo SARESP e, por conseguinte, não necessariamente, as provas possibilitam chegar a resultados confiáveis, permitindo traçar um perfil real do aluno e da qualidade do ensino das escolas paulistas.